

## ESPAÇO E TEMPO: OS ATINGIDOS POR BARRAGENS

*SPACE AND TIME: THOSE REACHED BY THE BARRAGE*

**Gabriela Silveira Rocha\***

**Paulo Henrique Silveira Lima\*\***

### RESUMO

As barragens construídas no Nordeste estariam ligadas à política de combate à seca e ao aproveitamento das potencialidades regionais. Dentro desse contexto, a construção de barragens ofereceria suporte à implantação de sistema de irrigação. As barragens, foram pensadas como alternativa não só para resolver o problema hídrico, mas também para dinamizar e modernizar o sistema agrário de todo o território nordestino. Assim, constituiu-se o objeto de estudo a análise dos processos de desterritorialização e reterritorialização ocorridos com a implantação da barragem de Anagé, no Estado da Bahia. A investigação teve como universo de entendimento o processo de transformação ocorrido no território, a partir do marco territorial de 1980-2010. Neste estudo, foi analisada a organização e o uso das terras do entorno da barragem de Anagé.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Desterritorialização. Reterritorialização.

### ABSTRACT

The dams built in Northeast would be linked to the combating drought politic and exploitation of regional potentialities. In this context, the construction of dams would offer support to the implantation of irrigation system. The dams were designed as an alternative not only to solve the water problem, but also to invigorate and modernize the agricultural system of all northeastern territory. Therefore, the study object is the analysis of the deterritorialization, and reterritorialization occurred with the Anagé dams implantation in the state of Bahia. The investigation had as content of understanding the transformation process occurred in the territory since the territorial landmark from 1980 to 2010, emphasizing, mainly, the dam's function in appropriation of the environment.

**Key words:** Public Politics. Disterritorrialization. Reterritorialization.

---

\* Doutora em Geografia pela UFS, professora assistente do Departamento de Ciências Humanas – UNEB/Campus VI. Caetité – Bahia; e-mail: gabriellasrocha@yahoo.com.br

\*\* Doutor em Geografia pela UFS; e-mail: paulophdd.g@gmail.com

A política pública de aproveitamento dos Recursos Hídricos direciona suas ações basicamente a três tipos de finalidade: o abastecimento público, a redução dos efeitos de escassez de água destinada à produção agrícola e ao aproveitamento energético das quedas d'água. Essas finalidades justificam o grande número de barragens construídas no Brasil. De acordo com os reclames dos movimentos populares, a despeito do Movimento dos Atingidos por Barragens (MBAB) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as barragens alteram significativamente o modo de vida da população em seu entorno. Tal mudança é provocada pelo processo de construção, com a consequente mobiliza, ou desterritorializa, da população local, e pela nova demanda para atividades econômicas, ou reterritorialização, no espaço artificialmente valorizado do entorno das barragens.

Concomitantemente, com o aparecimento de novas dinâmicas de circulação e de produção gerada pela instalação do lago artificial, desencadeia-se o processo de desapropriação e de nova apropriação, pública e privada, do novo espaço produtivo. As construções de barragens tende a romper a organização espacial da população local com a região. Esse rompimento, decorrente da construção da barragem, ocorre simultaneamente ao estabelecimento de novos territórios pelos próprios habitantes locais e regionais. Pois, com a instalação da barragem, as atividades econômicas, sociais e as demais relações das populações remanescentes são alteradas em confronto com o novo, com o desconhecido, com o ambiente artificialmente produzido, enquanto que as populações desterritorializadas sofrerão vão sofrer alterações nos novos espaços para os quais foram remanejadas.

Esse também é o contexto do estudo sobre as velhas e as novas territorialidades no entorno da barragem de Anagé- BA, localizada no médio curso do rio Gavião, na bacia do Rio de Contas, entre as coordenadas 14° 37' S e 41° 11' W, no Território de Identidade do Sudoeste da Bahia, construída pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). A construção dessa obra foi fruto da intervenção do Estado, que via, na construção de barragens, a solução para o problema da seca e a forma de se modernizar a agricultura local, por meio da instalação de perímetros irrigados.

O artigo analisa os processos de desterritorialização e de reterritorialização, ocorridos no período de 1980 a 2010, em virtude da construção da referida barragem em Anagé, considerando o contexto político, econômico e social da década de 1980, período no qual se tornou comum a construção de barragens em todo o Nordeste brasileiro. Contextualiza a territorialidade antes da construção da barragem e procura explicar a participação dos atores públicos, privados e coletivos no processo de desterritorialização da barragem. Analisa, por fim, o procedimento não muito claro do Estado no processo de apropriação e uso do espaço geográfico no entorno da barragem.

### **Pressupostos teóricos: desterritorialização e reterritorialização**

A transição do século XIX para o século XX foi um marco espaço-temporal importante, sobretudo na análise dos autores que procuravam desenvolver o debate sobre o conceito de desterritorialização e reterritorialização. Nesse período, buscou-se uma “conceituação genérica de território, ligada à ideia de “controle” social do movimento no e pelo espaço” (HAESBAERT, 2006, p. 143). Foram as transformações territoriais realizadas pela sociedade, da modernidade ao pós-modernismo, que desencadearam esse debate, visto que o modo de produção capitalista rompe laços das sociedades antigas<sup>1</sup> e redefine os territórios por meio de novas formas de produção, de circulação, de consumo, de modos de pensar e de agir, materializando, no território, um novo realinhamento, desestruturador/desestabilizador, como afirma Haesbaert (2006).

A revolução “moderna” provocou um domínio homogeneizador técnico e racional em níveis e dimensões nunca vistos. A modernidade, símbolo do desenvolvimento capitalista, chega ao pós-modernismo impulsionada pelo

---

1 A sociedade antiga pode ser entendida pelo sentido marxista, no qual todas as concepções do que é arcaico remetem a sociedades pré-capitalistas ou não capitalistas, conferindo, portanto, modernidade ao capitalismo.

desenvolvimento técnico e científico, trazendo para o território uma nova forma e um novo movimento de (des)construir o território.

Assim, a modernidade funda sua própria reterritorialização como negação do passado e da revolução das ideias e das instituições. Deste modo o capital se torna volátil; as redes, os fluxos de circulação de mercadoria, de informação, entre outros, redefinem os padrões (forma-tempo) de como a sociedade produz seu território. As mudanças que ocorrem na organização do trabalho e com as novas tecnologias de gestão e de produção para a realização do capital e pelo excedente que aguçam os conflitos sociais, promovem um crescente processo de exclusão socioeconômico excludente, em virtude dessa dinâmica contraditória. A ciência e a técnica, entendidas como forças produtivas, são usadas como dominação de quem não as tem.

O Estado, apontado por Haesbaert (2006) como Estado territorial, teve desde o seu sentido clássico e hoje reafirma seu caráter gestor do capitalismo, defendendo seus ideais. No entanto, o controle territorial, na modernidade, visa a distribuição e a ordenação de objetos técnicos em organização/localização ideais no tempo e no espaço. Dessa forma, “os homens se desterritorializam, favorecendo uma organização racional de suas vidas” (HAESBAERT, 2006, p. 150).

Contudo, as mudanças da modernidade não se restringem à produção da vida social. A globalização promoveu mudanças na forma de pensar e de organizar<sup>2</sup> o território, e essas mudanças ocorrem no agenciamento do tempo-espaço, que vem eliminando a distância e interligando os lugares mais distantes, por meio da comunicação rápida ou quase instantânea. Essa relação redefine o sentido das fronteiras, porque o capital atua em um mundo interligado e sem fronteiras. Com isso, o mundo dos grandes continentes está em superação, da divisão territorial em Estado-Nação para uma “sociedade em rede”, como define Castells (1999), em que

---

2 O sentido de organizar deve ser entendido no contexto capitalista de produção, como aponta Harvey (2005, p. 145). A organização espacial de fixos e de móveis (sistemas de transportes etc.) é necessária para superar o espaço, ou seja, organizar o território por meio de sistemas de ações e de técnicas para superar barreiras espaciais.

a velocidade chega a todos os ramos da vida social. Assim, chega-se ao “mito” da desterritorialização ou ao “fim dos territórios”.

A modernidade muda a estrutura das cidades e dos territórios, impulsionada pelo desenvolvimento da indústria e da tecnologia, assim como o desenvolvimento das rodovias, das ferrovias, da telefonia e da informática, permitiu-se articular lugares nunca ligados antes, de forma que “[...] a redução do colapso de tempo permitiu instalar uma ponte entre lugares distantes” (DIAS, 2001, p. 141). As inovações do capitalismo modelam o espaço por meio das modernas “redes técnicas que redesenham o espaço nacional/internacional com maior velocidade de circulação de bens, de serviços e de informação” (DIAS, 2001, p. 142). Com os Estados, as regiões e os locais não se configurando mais como territórios zonais, desenhados em sua geometria fórmica, pois estes também passam a assumir uma geometria reticular, na qual pontos zonais se interligam a horizontalidades reticulares, conforme reafirma (SANTOS, 2008). Assim, solidifica-se uma nova organização territorial sob a forma de redes, ou de territórios-redes.

O estudo da organização territorial em sistema de redes, promovido pelo sistema capitalista, não se deve limitar ao desenvolvimento da técnica, das transformações espaciais, sociais ou econômicas, mas sim, desvelando o caráter antagônico e contraditório do capitalismo e o caráter desterritorializador inerente a esse sistema de produção.

A desterritorialização não representa a extinção do território, mas, sim, uma nova forma de definir o território na contemporaneidade. Deleuze e Guattari (1996), ao analisarem as sociedades capitalistas tradicionais, concluíram que o próprio Estado se aliou ao capital para impor à sociedade pré-capitalista um processo de desterritorialização. Em suas análises, os autores não trabalham com a contradição e a luta de classe, mas relacionam como o capital e o Estado se apropriam da terra, a fim de obterem a mais-valia – relação oposta à sociedade tradicional –, em que a terra era o início e o fim como forma de não-mercadoria. Deleuze e Guattari afirmam que “o aparecimento do Estado é responsável pelo primeiro grande movimento de desterritorialização, na medida em que ele imprime

a divisão da terra pela organização administrativa, fundiária e residencial” (1996, p. 11). Nos argumentos de Saquet,

o comerciante compra mercadorias no território, desterritorializa-as e as reterritorializa nos circuitos comerciais. As mudanças profundas ocorridas no capitalismo (saltos) são entendidas como processos que se desterritorializam: há aí mudanças de formas de conteúdos, no escravo liberto, no assalariado, nos meios de produção. [...] O território também significa pensamentos, relações sociais e mesmo cósmicas, naturais e psicossociais; desterritorialização e reterritorialização, especialmente, no nível do pensamento. Ficam evidentes, também, aspectos da economia (capital), da cultura (conhecimento) e da política (Estado) tratados no plano filosófico, o que inspira outras abordagens teórico-metodológicas e/ou vinculadas aos processos de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização e a manifestações simbólico-culturais e políticas efetivadas na vida cotidiana (2005, p. 111).

Embora utilizados para explicar os processos de transformação da sociedade moderna, os termos desterritorialização e reterritorialização foram utilizados por outros teóricos, inclusive por Karl Marx em *O Capital* (1984) e em o Manifesto Comunista (1998), a exemplo da expressão “tudo que é sólido desmancha no ar”, na qual se subentende o processo de expropriação (desterritorialização) camponesa pelo capitalismo. A desterritorialização seria, a retirada ou a destruição do modo de vida do camponês, expropriado pelo capital, e a reterritorialização seria a reconstrução de um novo modo de vida imposto pela desterritorialização.

Haesbaert (2006) traz a desterritorialização e a reterritorialização para o discurso geográfico, inserindo esses processos na dimensão espacial e na territorialidade, associando à condição humana. É nesse contexto que esses conceitos são aqui utilizados como explicar a organização da sociedade no espaço contemporâneo. Na década de 1970, os filósofos Deleuze e Guattari criaram os termos desterritorialização e reterritorialização para explicarem as práticas humanas no território, a desterritorialização seria o velho, o processo de saída, de transformação e de destruição do território. Já a reterritorialização seria o novo, a criação e a recriação do território. O próprio Haesbaert (2002) utilizou das obras deleuzeanas-guattariana para desenvolver sua abordagem geográfica de base

filosófica e, concomitantemente, para a conceituação de território, desterritorialização e reterritorialização. Já o espaço, na obra deleuzeana-guattariana, é entendido como uma materialidade preexistente e em constante processo de especialização, como um espaço heterogêneo e antagônico, construído a cada momento, no tempo, na matéria e no pensamento.

No centro desse debate teórico está a questão do fim dos territórios, ou seja, como se processa sua destruição (desterritorialização) e construção (reterritorialização), de forma paralela e concomitante, bem como as práticas humanas tornam isso possível. Ao se trazer para a Geografia as fundamentações teóricas de Deleuze e Guattari, com a proposta de analisar os processos de desterritorialização, não se restringiu o conceito de território a aspectos etológicos, visto que o território sempre envolve relações interativas entre sociedade, indivíduos ou grupos, com o meio e, portanto, carregado de sentido psicológico e sociológico, esse último em virtude da interação sociedade-natureza.

A criação do território, ou seja a reterritorialização ocorre com o movimento mútuo de agenciamento, por meio de pensamentos e de desejos (força máquina, ou produtiva) que agem como uma força criadora que “comporta dentro de si vetores de desterritorialização e de reterritorialização” (HAESBAERT, 2002, p. 7). A reterritorialização não é um processo social independente, pois aparece para adaptar as mudanças promovidas pela desterritorialização que impõe novos modos de ser, de viver, de pensar, de trabalhar e de agir.

Inicialmente, o território, em sua base material ou natural, é apropriado por determinado grupo social, que passa a manter uma relação de apropriação e de dominação. Enquanto essa relação vai resultando na sua construção, a territorialidade humana vai definindo a sua construção ou a destruição. A relação de poder de determinado grupo com o seu território vai configurando as características econômicas, políticas e culturais, pois o território admite características múltiplas e integradoras, mediadas por relações de poder.

O movimento é outro detalhe para entender a desterritorialização e a reterritorialização. O movimento determina múltiplas materialidades e imaterialidades do território; o movimento é inerente ao território, podendo ser

entendido como resultado das territorialidades humanas, das relações de poder (econômica, política, cultural) que determinam a vida social e geram movimento de transformação entre o velho (a desterritorialização) e o novo (a reterritorialização), conforme argumenta Saquet:

[...] O velho é criado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade, de continuidade e de superações. A continuidade se dá na mudança e na própria descontinuidade, que contém, em si, elementos do momento e da totalidade anteriores. Com isso, o velho não é suprimido, eliminado, mas superado, permanecendo, parcialmente, no novo. É um processo inerente ao movimento universal e à dinâmica territorial, histórica e geográfica (2007, p. 161).

A dinâmica que o grupo social estabelece no território resulta em movimento, que pode ser de abandono (saída/fuga), que é a desterritorialização, e de criação (reconstrução), que é a reterritorialização. Então, a desterritorialização (o velho) é a primeira condição, e assume um caráter destruidor; e a segunda condição, que é a reterritorialização (o novo), admite um caráter (re)construtor. A reconstrução do novo ocorre em processos simultâneos. Logo que o território se desterritorializa, e começa a se reterritorializar.

[...] há reconstrução da identidade; mudanças nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de novas formas de relações sociais, de elementos culturais, que são reterritorializados; há redes de circulação e de comunicação, que substantivam a desterritorialização, o movimento, a mobilidade, [...] os processos de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização estão ligados, completam-se, por isso, também estão em unidade (SAQUET, 2007, p. 163).

O processo de produção do território se faz na construção ou na destruição. No entanto, é necessário esclarecer que a desterritorialização não significa a extinção ou o fim do território. O que ocorre, na realidade, é que o território “antigo”, após um agenciamento de um grupo social, de uma empresa ou até mesmo do Estado, ganha uma nova função e, conseqüentemente, uma nova forma.

Assim, o território “novo”, ou reterritorializado, assume uma nova dinâmica, uma nova função e até mesmo um novo significado.

O novo território reconstruído pelo processo de reterritorialização pode, ou não, inserir os agentes sociais que preexistiam no processo de produção. A inclusão desses agentes no território depende da territorialidade ou do conjunto de práticas desses grupos no novo território. Roberto Lobato Corrêa assim explica a relação da territorialidade com os processos de desterritorialidade e reterritorialização:

Desterritorialidade é entendida como perda do território apropriado e vivido, em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território. Novas territorialidades ou reterritorialidades, por sua vez, dizem respeito à criação de novos territórios, seja através de reconstrução espacial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio de recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território (2002, p. 252).

Corrêa (2002) enfatiza que a desterritorialidade desses agentes que sofrem com o processo desterritorializador, como excludentes, pode ser atenuada pela reterritorialização antecipada, quando feita com planejamento e com antecipação espacial. Assim, um novo sentido é atribuído à antiga territorialidade desses agentes. Um exemplo claro, nesse sentido, seria o uso racional do território, aqui entendido como a substituição de atividades primárias (de caráter rudimentar) por formas mais complexas. O uso ordenado e planejado do território, com vistas ao bem social e coletivo, pode tornar os processos de desterritorialização e de reterritorialização em forma de inclusão social.

Entretanto, é importante esclarecer que o processo de antecipação espacial, embora atenuando os impactos promovidos pela desterritorialização, está relacionado, de fato, ao uso e ao planejamento econômico do território.

### **Barragem de Anagé: da desterritorialização à reterritorialização**

A desterritorialização no entorno da barragem de Anagé é concomitante ao início do empreendimento que, desde o início da construção, provocou mudanças na vida econômica, social, cultural e política dos atingidos.

A construção da barragem, num primeiro momento representou, para o homem do campo e para os ribeirinhos do Rio Gavião, uma alternativa de melhorar a qualidade de vida, na perspectiva de que o “território seco” seria reconstruído com a chegada da água, escassa durante grande parte do ano. A construção dessa barragem foi idealizada pelos moradores como alternativa de fixar o homem em seu território, mudando a situação das famílias que sofriam com a falta de água.

Quando indagados de como a população reagiu, inicialmente, com a informação de que seria construída a barragem, um morador, em entrevista de campo, relatou: “Quando falou que iria construir uma barragem aqui foi um alvoroço, nós aqui, todo mundo ficou numa alegria, a gente ia ter água!” (Agricultora-10/07/2010). Outro morador da localidade Porto da Barra e militante do Movimento do Pequenos Agricultores (MPA) reafirmou:

Devido à população morar em um lugar muito seco, sendo que existia a possibilidade desta realidade mudar com a chegada da barragem, a alegria era muito grande ao ponto de nem pensar nas consequências que a barragem iria trazer, pois não se sabiam do tamanho da obra. (D.R., atingido e representante do MPA, setembro de 2010).

A chegada da construtora, no dia 05 de janeiro de 1987, pôs fim à alegria e a euforia dos moradores. Para começar, a construtora, sem dar maiores explicações, instalou, à sua moda, em uma propriedade privada, na fazenda Passagem do Chiqueiro, alegando ser protegida do DNOCS, a quem a comunidade deveria pedir explicações (CARVALHO, 1988).

Os primeiros passos no processo de construção da barragem de Anagé foram dados pelo DNOCS, cujos representantes do órgão, ao visitarem as famílias da região inseridas no circuito da barragem, proferiam um discurso elaborado de que a partir da instalação da barragem haveria melhores condições de vida para todos.

Vários moradores relataram que era *práxis* dos engenheiros afirmarem, em tom de ameaça, a desinformada população local que, de qualquer forma, a barragem iria ser construída e, portanto, esses moradores deveriam deixar suas terras e procurar outro lugar para morarem. O próprio DNOCS disseminava essa ideia, alegando que iria pagar uma boa quantia pelas terras desapropriadas. No entanto, os engenheiros do DNOCS, quando questionados sobre a forma do pagamento das terras, das indenizações pelas benfeitorias e sobre qual seria a área atingida com a formação do lago, não apresentavam nenhuma informação concreta.

Dessa forma, sem nenhuma ação estruturada, o DNOCS começou o empreendimento, conforme relata, em entrevista de campo, um morador da região:

Não existia o projeto, se existia essa informação era ocultada, pois se tivesse um projeto deveria ser esclarecido para a população, e a falta dessas informações foi algo que fez com que a população se organizasse e fosse ao DNOCS para fazer topografia da área, pra ver qual parte seria atingida, pois a gente não sabia de nada, ninguém sabia aonde a água ia dá. Foi isso que fez com que a população se organizasse. (D.R., atingido e representante do MPA, setembro de 2010).

Pelos depoimentos apresentados, observa-se que a ação do Estado, nos municípios baianos de Anagé e Caraíbas, não difere dos procedimentos arrogantes utilizados na construção de outras barragens na Bahia, caso de Itaparica e Paulo Afonso. Pois o DNOCS planeja e inicia suas ações dando pouca atenção aos agentes sociais envolvidos ou atingidos pelo processo, negligenciando as ações de cunho democrático e privilegiando as ações contraditórias e verticalizadas, tornando falacioso o discurso de que as obras e o planejamento traçado no território são para atender à demanda social.

Já em seu início, a construção da barragem de Anagé foi marcada por hostilidades. Técnicos, engenheiros e demais trabalhadores a serviço da construtora, ao ocuparem os espaços locais, impunham suas próprias formas de utilização e controle, como se fossem donos das terras ocupadas. As máquinas e os trabalhadores foram chegando, sem dar explicação do que seria feito a partir

daquele momento. Não houve disfarce no processo de apropriação pública do território privado.

Ao chegar ao local do empreendimento, a empresa responsável pela construção da barragem mobilizou tratores e máquinas de grande porte (Figura 1), rompendo as cercas das propriedades do entorno da obra, deixando as criações soltas (trazendo prejuízos para os proprietários de animais), destruindo aguadas e detonando pedreiras (atingindo pessoas e casas próximas do local).

Figura 1 - Anagé: Máquinas na Passagem do Chiqueiro



Fonte: *A Tarde*, Salvador. 28/05/1988.

Foi a partir de 1987 que o projeto de construção da barragem de Anagé se intensificou, com início do desmatamento de áreas para implantar infraestrutura. Nessa fase, foi intenso e constante uso de explosivos para retirar materiais de jazidas, escavar o terreno para construir o sangradouro e o barramento do rio. Nessa fase, atuaram 500 trabalhadores, 280 transitórios e 220 permanentes. Os permanentes, considerados mais qualificados, operavam os equipamentos, os transitórias, desenvolviam atividades de apoio (TECNOSAN, 1988).

Sob muita tensão local, as práticas e atividades iniciais da construtora repercutiram diretamente na qualidade de vida das pessoas, que não foram preparadas para as intensas mudanças que ocorreriam. Quando indagado se houve morte ou ato de violência no início da obra, um morador respondeu:

Ocorreram várias brigas e confrontos devido a simpatizantes da construção da barragem por pregarem mentiras sobre esta nova terra prometida, inclusive padres em atos religiosos pregaram uma mudança de vida irreal com a chegada da barragem. Mortes causadas diretamente pela construção da barragem isso não ocorreu, porém a ansiedade, o nervosismo provocado pela detonação de explosivos que causavam muito barulho e rachaduras nas casas e o movimento de máquinas o dia todo fez com que as pessoas doentes que faziam uso de remédios piorassem seu quadro clínico, levando alguns a óbito. (D.R., atingido e representante do MPA, setembro de 2010).

O contexto exposto foi reafirmado pela *Cartilha Barragem de Anagé Luta pela Terra*, elaborada pelo Movimento dos Atingidos pela barragem de Anagé e Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Caetité e Vitória da Conquista, para ser usada nas reuniões nas áreas atingidas.

A vida dos moradores do Rio Gavião era difícil, mas tranquila apesar da seca que castiga o sertão.  
Homens, mulheres e crianças trabalham  
na roça lutando por melhor condição,  
sem nunca ter apoio da nação.  
De repente muita coisa mudou  
Apareceu gente estranha trabalhando por lá.  
Eram máquinas grandes  
DNOCS visitando.  
Gente demarcando,  
Sem nada informar (CARTILHA CPT, 1988, p. 3-4).

Portanto, fica evidente que a falta de informação e esclarecimentos sobre a obra causou problemas, tornando incerto o futuro dos moradores locais. A negação da participação popular em todo o processo de construção da barragem de Anagé explicita a opção do Estado em preterir qualquer implicação negativa sobre configurações espaciais e territoriais, no caso das desterritorialização de toda a

população residente no entorno daquele empreendimento, para impor sua força e poder.

### **Movimento de resistência dos atingidos pela barragem de Anagé**

A resistência às práticas do DNOCS no território inicia devido à falta de informação de como seria feita a desterritorialização dos atingidos pela barragem. Esse fato motivou os ribeirinhos e agricultores locais a se organizarem, a fim de conhecerem e reivindicarem seus direitos.

No início, os técnicos do DNOCS apenas informavam que os donos das terras deveriam sair de suas propriedades, para darem lugar à formação de uma barragem. A atitude autoritária do Estado, representado pelo DNOCS e pela empresa empreiteira Andrade Gutierrez, conduzia esse processo sem a participação da população local ou de seus representantes legais ou legítimos. O que implicou na organização dos moradores do Rio Gavião para reivindicar seus direitos. Dessa forma, a população local, que no início da obra estava desarticulada cuja ocorrência de resistências era de caráter individual, embora envolvidos ora com partidos políticos, ora com movimentos sociais, foram se agrupando e se organizando em torno da questão, conforme esclareceu um morador local e militante do movimento de atingidos pela barragem de Anagé:

As famílias foram se organizando com o intuito de obter informações sobre a construção da obra e como ficariam as famílias atingidas com a construção da barragem de Anagé. Várias reuniões foram organizadas por moradores locais no momento inicial da obra para conscientizar e dar início à mobilização. A comunidade já tinha certa consciência do problema, porque estávamos resolvendo e debatendo assuntos da vida cotidiana, tais como: melhoria de vida e as consequências que a barragem traria para nós. Isso favoreceu, influenciou e facilitou a vinda da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com a ajuda dos advogados e outros (D.R., setembro de 2010).

No início do projeto, não existia o Movimento de Atingidos por Barragem (MAB) na região, mesmo porque o MAB só ganhou força e repercussão política em todo o Brasil no fim da década de 1980, período de grande atuação dos

movimentos nas discussões sobre as políticas de construção de barragens pelo País e sobre as garantias referentes às indenizações e outros direitos, o que não era de conhecimento na região de Anagé, conforme afirmou um morador local:

No período inicial, não existia o MAB aqui no Sudoeste da Bahia. Era totalmente desconhecido esse movimento. Várias pessoas só ficaram sabendo da existência da MAB depois do final da luta da comunidade em relação à barragem de Anagé. (D.R., atingido e representante do MPA, setembro de 2010).

A repercussão da atuação do MAB no Nordeste do Brasil e o exemplo de lutas em outras barragens, como Itaparica e Sobradinho, foi determinante para a articulação local e na formação da Comissão do Movimento da barragem de Anagé (CMBA).

Essa comissão, sob liderança de membros das comunidades locais, foi sendo organizada para lutar em defesa dos atingidos por barragens, inicialmente se aliando a partidos políticos e instituições religiosas favoráveis aos movimentos populares. Posteriormente a CMBA passou a reunir os moradores da área, para discutir a atuação do governo naquele projeto. Na pauta dessas reuniões, tinha muita relevância as discussões sobre as experiências de resistências ocorridas em outras barragens do Estado, como formas de conscientizar os participantes e, por meio desses, toda a população local, a fim de articularem contra as medidas tomadas pelo Estado e para reivindicarem seus direitos.

Como resultado dessas articulações, em maio de 1987, a comissão passou a ser auxiliada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Caetité-BA e de Vitória da Conquista-BA, e, em seguida, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A comissão do Movimento de barragem de Anagé surgiu através de uma luta feita pela comunidade eclesial de base. Sabendo que a barragem iria chegar e conhecendo a existência das manobras que o DNOCS vinha fazendo nas barragens do Nordeste. Naquela época houve o apoio da CUT, da igreja católica de Conquista, encabeçada pelo bispo Dom Celso e outro bispo de Caetité. Além do PT de Conquista e do deputado do PMDB e do Secretário de governo de Waldir Pires. Começamos a nos organizar como sede e como

comunidade que seria atingida pela barragem, para que pudéssemos com a chegada da barragem continuar morando na região e utilizando a água da barragem e outros bens, caso do peixe. Na época foi travada uma briga muito grande entre a comunidade, o DNOCS e a empresa construtora, pois eles não davam atenção às reivindicações feitas pela comunidade atingida (D.R., atingido e representante do MPA, setembro de 2010).

O movimento de resistência contou com o apoio contínuo do movimento católico, representado pela CPT, que regionalmente estava bem articulado e envolvido com os atingidos por grandes projetos de barragens. A CPT fundamentava seu movimento no princípio da “Teologia da Libertação” e tinha como finalidade garantir os direitos dos “pequenos”, dando-lhes apoio, acompanhamento e assessoria. Em Anagé, a CPT organizou a Comissão Rural, composta por advogados, políticos e representantes da Igreja Católica, que atuaram no local por três anos.

Nós ficamos ali por mais de dois anos, o movimento católico de Caetité estava bem articulado. Outras lutas e conquistas já estavam sendo travadas no Nordeste, para garantir a sobrevivência do “pequeno” homem do campo. A diocese de Caetité, na época, mais organizada, entrou em contato com a de Conquista e foi formada a Comissão Rural para atuar em Anagé. Em Anagé havia muita gente humilde, pobre, sem instrução, que tinha a terra como seu único meio de sobrevivência. A chegada da barragem era uma coisa muito boa para aquela região, que sofria com a seca. Mas a forma como estava acontecendo era errada. Os grandes estavam se apropriando dos pequenos (Pe. V. integrante do CPT, outubro de 2010).

A passividade no início da construção da obra não foi por acaso, foi conduzida pelo prefeito, por líderes políticos, engenheiros da empreiteira e pelo próprio DNOCS. Tudo foi feito para se acreditar que a construção da barragem significava incontestável progresso para a região. Para deslegitimar qualquer questionamento, ainda foram feitas articulações estratégicas, inclusive com os líderes religiosos locais, usados como instrumento de coibição dos fiéis nos cultos religiosos, caso do padre do Município, que passou a proferir nas missas. Porém, o excesso de manobras surtiu efeito contrário e passou a provocar dúvidas e medo na população, conforme relata a seguir uma moradora:

Eu sempre estive a favor da construção da barragem. Nós sabíamos que a barragem iria trazer a água. Não é que uns queriam a barragem e outros não. Todo mundo aqui que estava na luta queria a construção da barragem, o que nós éramos contra era as atitudes do DNOCS. A gente aqui queria a barragem mais nós não podíamos ficar sem os nossos direitos e benefícios. Tinha aqueles que não entendiam isso, achavam que se reivindicasse era pior. Ficavam com medo! (L. M., atingida e remanescente, agosto de 2010).

Frente a essa realidade, a CPT desenvolveu um trabalho de sensibilização e de esclarecimentos sobre os problemas que a obra iria trazer para os atingidos. A população rural e população urbana estavam divididas entre os contra e os a favor. O trabalho de sensibilização dos atingidos era feito por meio de reuniões, missas e pregações, realizadas em locais improvisados no meio do mato (ver Figura 2).

O conteúdo das discussões norteadas pela CPT é evidenciado no depoimento abaixo:

Foi um movimento muito grande que serviu de exemplo “vivência” para outras comunidades eclesiais, que iam até Anagé para se integrarem com a luta travada naquele lugar. Foram feitas várias reuniões no local, em acampamentos. Ali, ideais de justiça e de paz fundamentavam as discussões. Era pregado que, no evangelho, Cristo deu sua vida pelos pequenos e pobres. (Pe. V. integrante do CPT, outubro de 2010).

Figura 2 - Anagé: Acampamento utilizado pelas famílias durante as reuniões



Fonte: *A Tarde*, Salvador. 06/06/1987.

Outras manifestações foram feitas para sensibilizar a população de Anagé e também para demonstrar que a realidade dos atingidos estava bem distante do que pregava o DNOCS que, apesar de estar há mais de um ano no local, não tinha atendido às reivindicações da população atingida. No dia 12 de outubro de 1987, em Anagé, a Romaria da Terra, ato que representou um marco no movimento de resistência dos atingidos pela barragem de Anagé como ilustra a Figura 3, a seguir.

Mais de oito mil pessoas de toda a região participaram dessa manifestação, para expressar apoio e solidariedade às famílias da proximidade da barragem, assim descrito por um morador e participante desse ato, denominado de Romaria da Terra.

Teve um dia que a gente parou a cidade de Anagé. Tinha tanta gente e tanto carro que ninguém saía e nem entrava na Cidade. Os caminhões vinham de toda parte trazendo os romeiros e manifestantes que, aos poucos, foram se juntando ao movimento. A imprensa local soube e veio noticiar. O povo de Anagé ficou assustado com a chegada de tanta gente. Eu só via o povo nas portas das casas e dos bares. A Cidade parou pra ver a romaria passar. A romaria saiu do centro da Cidade em direção ao canteiro de obra, era tanta gente que, quando a romaria chegou à barragem ainda tinha gente na saída da Cidade. O povo vinha cantando cânticos religiosos e bradando frases de luta. Chegando lá, foi realizada uma missa no sentido de buscar a paz (Pe. V. integrante do CPT, outubro de 2010).

**Figura 3 - Romaria da Terra em direção à estrada de ligação da cidade de Anagé à barragem**



Fonte: *A Tarde*, Salvador. 13/04/1988.

Em um segundo momento, a Comissão Rural e a Comissão do Movimento da barragem de Anagé se reuniram para discutir e organizar as primeiras reivindicações que seriam feitas ao DNOCS. Em janeiro de 1988, a Comissão Rural assumiria a frente das negociações, depois de uma reunião que contou com a presença de mais de 250 pessoas. Nessa reunião, foi elaborado o primeiro documento reivindicatório, solicitando que: a) o DNOCS fizesse o levantamento, em 30 dias, da área que a ser inundada; b) o DNOCS informasse a tabela de preços para indenizações das terras e das benfeitorias; e c) providenciasse indenização imediata das lavouras que foram atingidas pelo represamento da água, que foi contida para escavação do alicerce, bem como das lavouras que não poderiam mais ser plantadas no período da construção da obra.

Os esforços para se estabelecer negociações entre os moradores e o Estado foram sempre desprezados pelo DNOCS, o que levou os trabalhadores rurais atingidos pela barragem a darem início às manifestações. Tais fatos foram retratados pelo fragmento da Cartilha da CPT que, no período das discussões, era usada como material facilitador:

A comissão dos atingidos, mais os advogados se reúnem com o DNOCS, perguntando pelos indenizados. E o DNOCS responde com o tom endiabrado: “Vamos indenizar apenas as benfeitorias. Porque a maioria é posseiro e não é dono da terra”.  
E assim o assunto foi encerrado. Apesar disso ninguém desanima. Pois a luta não é fácil não. Em cada casa em cada celebração, as reuniões continuam com toda animação. Mas outros preferem ficar de fora, confiando no DNOCS. Acham que se reclamar perde tudo. Que coisa mais absurda, que engano meu irmão (CARTILHA CPT, 1998, p. 5-7).

A essa altura e com apoio político do PT, da CUT e de um grupo de advogados, a Comissão Rural realizou uma série de manifestações reivindicatórias no canteiro de obras, com cerca de 300 participantes (Figuras 4 e 5, a seguir).

Figura 4 - Ocupação no canteiro de obras



Fonte: *A Tarde*, Salvador, 30/10/1988.

A Comissão Rural, desde o início posicionada contra as injustiças e a exclusão em todo o processo de construção da barragem, ganha características de movimento social e passa a pressionar o Estado, dando maior segurança aos trabalhadores que não sabiam como começar a luta naquelas circunstâncias.

Figura 5 - Mulheres em atividades no canteiro de obras



Fonte: *A Tarde*, Salvador, 23/03/1988.

Em março de 1988, a Comissão dos Atingidos, no ato da segunda ocupação, elaborou manifestos produzidos pelos Trabalhadores Rurais Atingidos pela barragem de Anagé, contendo dezessete itens reivindicatórios. Após muita pressão da população local e da mídia, o DNOCS, por meio de seus engenheiros e outros representantes legais da Andrade Gutierrez, aceitou analisar as reivindicações, dando início às rodadas de negociação e aos primeiros acordos entre o DNOCS e os atingidos e ao respectivo Termo de Contrato, normatizando as obrigações desse órgão naquele empreendimento.

Aceitos os dispositivos do Termo de Contrato, os atingidos conseguiram assegurar alguns direitos: a) reassentamento dos lavradores que tiveram suas terras inundadas, total ou parcialmente; b) construção de escolas, postos de saúde, abertura de estradas, instalação de energia elétrica; c) as terras parcialmente inundadas ou comprometidas, na faixa de servidão administrativa da borda do açude, a área remanescentes do imóvel, puderam optar pelo reassentamento; d) foram assentados ou indenizados os proprietários, os posseiros, os ocupantes de terras devolutas, os parceiros comodatários e os lavradores vinculados a situações atípicas tradicionais, como os agregados; e) foram indenizados os lavradores, e as benfeitorias que sofreram inundação na faixa de servidão administrativa da borda da barragem; f) ficou garantida a construção de casas que foram inundadas pela barragem; g) as lavouras atingidas por inundação, temporária ou permanente, motivadas pela construção da barragem, assim como aquelas que foram deixadas de plantar por causa das obras, foram indenizadas; e h) foi elaborado um plano de irrigação.

Dessa maneira, feitas as negociações, o movimento de atingidos pela barragem representou, no fim da construção, um marco para a classe trabalhadora que não se omitiu ao planejamento verticalizado do Estado, que propôs uma política de transformação agrária voltada para o capital, em detrimento dos reais interesses do homem do campo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A construção da barragem em Anagé e a respectiva perenização do Rio Gavião foram um projeto político e econômico destinado à implantação da piscicultura e da agricultura irrigada nos municípios de Anagé e Caraíbas, com vistas a beneficiar cerca de mil e duzentos camponeses.

No final do empreendimento, apenas noventa e sete pessoas foram reassentadas pelo DNOCS e cinquenta e sete receberam as indenizações pelas terras e suas benfeitorias. Os moradores não contemplados em seus direitos migraram para outras localidades da própria região ou para outros estados.

A barragem mudou a vida secular das famílias que tinham a fonte de vida e de sustento em seus locais, produzindo, consumindo, vendendo e comercializando o alimento produzido, de forma que mantinham suas identidades culturais. E isso foi alterado desde o início da construção da barragem, por meio de controle dos acessos interlocais, dificultando visitas a parentes e a amigos, especialmente nas várzeas, onde havia muitas plantações e que foram inundadas, antes mesmo da construção do final da obra, sem criar novas rotas de circulação.

Ao proceder o reassentamento da população atingida, de forma desordenada, as boas relações de vizinhança se transformaram em conflitos entre moradores, provocados por disputas pelos lotes, e desarticulação familiar, pela desagregação da estrutura familiar que reunia pais, filhos, genros, noras e netos no mesmo espaço produtivo. Dessa forma, o entrosamento original existente entre os atingidos foi fortemente abalado ou destruído.

A expectativa de que a construção da barragem melhoraria as condições de vida dos municípios de Anagé e Caraíbas, com nova infraestrutura (escola, posto médico, estradas) sendo implantada no campo revelou-se ilusória. O próprio entorno da barragem teve sua destinação alterada, uma vez que seus antigos habitantes, seduzidos pelas propostas de compras de suas propriedades, não conseguiram se manter no local, o que passou a se configurar como área de lazer e de ostentação da dita classe média da cidade polo de Vitória da Conquista.

## REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARVALHO, Maria do Socorro Normanha. *Atrás da Barragem do Rio Gavião*: 1988. Monografia (Graduação de Geografia) Universidade Católica do Salvador, Salvador, 1988.

CARVALHO, Maria do Socorro Normanha. *Atrás da Barragem do Rio Gavião*: 1988. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 1988.

CARVALHO, Otamar de. *A economia política do Nordeste*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CORREA, Roberto Lobato. *Espaço: um conceito chave de Geografia*. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. *Geografia: conceitos e temas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 15-47.

\_\_\_\_\_. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. Territorialidade e corporação: um reflexo. In: SANTOS, Milton et. al. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002. p. 251-257.

DIAS, Leila. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 141-162.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

\_\_\_\_\_. *O que é filosofia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografia do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização, do fim dos “territórios” à multiterritorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. Desterritorialização: entre a redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 165-205.

\_\_\_\_\_. *Territórios alternativos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HAVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

PEREIRA, Lucas Batista. *Velha raiz, nova morada: a Barragem de Anagé, transformações no modo de vida sertanejo*. 1993. 250 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções sobre território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu S. (Org.). *Territórios e territorialidades, teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 73-95.

## **Documentos**

TECNOSAN, Engenharia. *Relatório de impactos sobre o meio ambiente*. Salvador, 1988.

## **Cartilha**

*Cartilha*. Barragem de Anagé Luta pela Terra, Caetité, ed. CPT Caetité, 1988.

## **Jornais**

*A Tarde*, Salvador. Construção de barragens ainda gera problemas. 12/05/1987

*A Tarde*, Salvador. DNOCS aloca recursos e vai construir a BA-625. 27/09/1988

*A Tarde*, Salvador. Empresa constrói 25 barragens. 28/03/1988

*A Tarde*, Salvador. Grandes projetos Barragem de Anagé. 18/12/1981

*A Tarde*, Salvador. Geotécnica projeta a Barragem de Anagé. 22/01/1986

*A Tarde*, Salvador. Moradores transferidos pelo DNOCS em Anagé. 28/05/1988

*A Tarde*, Salvador. Moradores transferidos pelo DNOCS em Anagé. 02/02/1989

*A Tarde*, Salvador. Obras da Barragem de Anagé continuam paralisadas. 30/10/1988

*A Tarde*, Salvador. O DNOCS não cumpre acordo e a barragem fica paralisada. 28/05/1988

*A Tarde*, Salvador. Passeata conta o DNOCS em Anagé. 13/04/1988

*A Tarde*, Salvador. Trabalhadores exigem o reassentamento imediato. 23/03/1988

*A Tarde*, Salvador. Técnicos do DNOCS atuam com o PROINE. 22/01/1986